




Estudantes trabalhadores: um estudo sobre fruição no ensino superior entre alunos da Universidade Federal do ABC

Working students: a study on enjoyment in higher education among students of the Federal University of ABC

Estudiantes trabajadores: un estudio sobre el disfrute en la educación superior entre estudiantes de la Universidad Federal de ABC

Walton Nascimento da Trindade¹
Maria Luíza Levi Pahim²

Citação: TRINDADE, Walton Nascimento da; PAHIM, Maria Luiza Levi. Estudantes trabalhadores: um estudo sobre fruição no ensino superior entre alunos da Universidade Federal do ABC. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e99456. Novembro de 2025.

 <http://10.5380/jpe.v19i1.99456>

Resumo: Este estudo investiga a fruição no ensino superior entre estudantes trabalhadores da Universidade Federal do ABC (UFABC). A pesquisa busca compreender os desafios enfrentados por esses alunos na conciliação entre trabalho e estudo, analisando como essa dupla jornada impacta sua vivência acadêmica e suas oportunidades de aprendizado. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e análise qualitativa, com base em depoimentos e experiências relatadas pelos próprios estudantes. Os resultados indicam que a sobrecarga de responsabilidades compromete a dedicação aos estudos e a participação em atividades extracurriculares, mas também evidencia a resiliência dos alunos diante desse cenário. O estudo reforça a necessidade de políticas institucionais mais inclusivas, que considerem as especificidades desse grupo e promovam condições equitativas para sua permanência e desempenho acadêmico.

¹Mestre em Políticas Públicas. Estudante da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, SP. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3253-2102>. E-mail: walton.nascimento@ufabc.edu.br

²Doutora em Medicina Preventiva. Professora da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, SP. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2298-4162>. E-mail: levi.maria@ufabc.edu.br

Palavras-chave: Democratização do Ensino Superior; Estudantes Trabalhadores; Trajetórias Acadêmicas; Juventude.

Abstract: This study investigates the experience of higher education among working students at the Federal University of ABC (UFABC). The research seeks to understand the challenges faced by these students in reconciling work and study, analysing how this double journey impacts their academic experience and learning opportunities. The methodology adopted combines a literature review and qualitative analysis, based on testimonies and experiences reported by the students themselves. The results indicate that the overload of responsibilities compromises dedication to studies and participation in extracurricular activities but also shows the students' resilience in the face of this scenario. The study reinforces the need for more inclusive institutional policies that consider the specificities of this group and promote equitable conditions for their permanence and academic performance.

Keywords: Democratisation of Higher Education; Working Students; Academic Trajectories; Youth.

Resumen: Este estudio investiga la experiencia en la educación superior entre estudiantes trabajadores de la Universidad Federal del ABC (UFABC). La investigación busca comprender los desafíos enfrentados por esos alumnos al conciliar el trabajo y el estudio, analizando cómo esta doble jornada impacta su vida académica y sus oportunidades de aprendizaje. La metodología adoptada combina una revisión bibliográfica y un análisis cualitativo, basado en testimonios y experiencias relatadas por los propios estudiantes. Los resultados indican que la sobrecarga de responsabilidades compromete la dedicación a los estudios y la participación en actividades extracurriculares, pero también evidencia la resiliencia de los alumnos ante este escenario. El estudio refuerza la necesidad de políticas institucionales más inclusivas, que consideren las especificidades de ese grupo y promuevan condiciones equitativas para su permanencia y desempeño académico.

Palabras clave: Democratización de la educación superior; Estudiantes trabajadores; Experiencias Académicas; Juventud.

Introdução

No âmbito acadêmico, a educação superior é considerada um direito fundamental e um agente de transformação social, econômico e cultural. Historicamente, esse direito foi inacessível para grande parte da população brasileira, principalmente para as camadas populares, que enfrentam desafios significativos de acesso e permanência. Com o objetivo de ampliar a inclusão no ensino superior, políticas públicas recentes têm buscado democratizar o acesso à educação superior para jovens de baixa renda, por meio de iniciativas como o PROUNI, o SISU, o FIES, o ENEM, o REUNI e a Lei de Cotas, as quais serão detalhadas adiante.

Neste contexto, destaca-se a realidade dos estudantes trabalhadores, que conciliam o estudo com a necessidade de ingressar no mercado de trabalho. Este artigo analisa as razões e os impactos dessa simultaneidade na experiência universitária dos alunos da Universidade Federal do ABC (UFABC), instituição fundada em 2005, reconhecida por sua abordagem interdisciplinar e integração entre graduação e pós-graduação. Assim, o problema central desta pesquisa busca responder à pergunta: quais motivos levam os estudantes a trabalharem durante o período de estudo universitário, e

quais as consequências dessa sobreposição na fruição da Universidade? Um ponto importante a considerar é que, nesse contexto, o termo fruição que utilizamos neste artigo se refere ao aproveitamento dos recursos e oportunidades oferecidos pela instituição de ensino, como o acesso ao conhecimento proporcionado pelos cursos, atividades extracurriculares (participação no grupo de pesquisa, organizações estudantis e centro acadêmico, projeto de extensão, monitoria, etc.), recursos materiais e interação com outros estudantes e professores. De acordo com Almeida (2007), o conceito de fruição se refere ao que esses estudantes realmente extraem da estrutura propiciada pela universidade, considerando suas trajetórias de ingresso, adaptação à linguagem acadêmica, realização de afazeres e contato com indivíduos de origem similar e de outros estratos sociais.

Para tanto, buscamos examinar essas questões na percepção dos alunos da UFABC, com base nesse cenário particular, dialogar sobre os desafios trazidos pela política de ampliação do acesso ao ensino superior num contexto de profundas desigualdades socioeconômicas que abarcam a formação educacional se faz importante. A hipótese central deste estudo é que os estudantes reconhecem a importância de adquirir experiência de trabalho na universidade, não apenas por questões econômicas, mas também para desenvolver competências e ampliar sua rede de contatos, motivando sua inserção precoce no mercado.

Inicialmente, apresenta-se o contexto histórico e político da educação superior no Brasil, ressaltando as políticas de democratização e expansão do ensino e as medidas de permanência estudantil. Em seguida, analisa-se a situação dos estudantes das camadas populares e sua inserção no mercado de trabalho. Por fim, concentra-se na análise das entrevistas com alunos da UFABC que conciliam estudo e trabalho, para compreender as motivações e impactos dessa simultaneidade.

A democratização do ensino superior no Brasil: ações de inclusão das camadas populares nas universidades brasileiras.

A expansão do ensino superior no Brasil, particularmente nas últimas décadas, configura um processo complexo e contraditório, demandando uma análise crítica que transcenda a mera contabilização de matrículas. A busca pela democratização desse nível de ensino, frequentemente debatida como massificação, exige uma compreensão

profunda da intrincada relação entre acesso, inclusão e permanência, considerando as desigualdades estruturais arraigadas na sociedade brasileira. Historicamente, o acesso ao ensino superior brasileiro foi marcado por um profundo elitismo. De acordo com Barbosa (2019, p. 245) até meados do século XX, as universidades eram poucas e seletivas, atendendo prioritariamente às elites econômicas e sociais.

A educação superior era um privilégio, acessível apenas àqueles que possuíam recursos financeiros e acesso a uma educação básica de qualidade, reproduzindo as desigualdades sociais existentes. Este cenário de exclusão se prolongou por décadas, consolidando uma estrutura educacional profundamente hierárquica e excludente. Desde a segunda metade do século XX, percebe-se um aumento gradual, porém desigual, no acesso ao ensino superior, impulsionado por políticas públicas, em grande medida forjadas por pressões da classe média emergente que objetivava acessar cursos da educação superior (Heringer, 2018). Entretanto, essa expansão aconteceu principalmente através do crescimento do setor privado, com incentivos por parte do Estado, através de isenções fiscais, realizando uma expansão rápida para suprir a demanda crescente.

Barbosa (2019) destaca a heterogeneidade do sistema de ensino superior brasileiro, com a coexistência de instituições públicas e privadas, cada qual com suas especificidades e desafios. As instituições públicas, embora historicamente responsáveis pela formação de profissionais, frequentemente enfrentam dificuldades de financiamento e infraestrutura, comprometendo a qualidade do ensino e limitando sua capacidade de atender à demanda crescente.

Já as instituições privadas, orientadas pela lógica de mercado, concentram-se em áreas mais lucrativas, potencialmente negligenciando áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e criando uma barreira financeira para estudantes de baixa renda. Essa heterogeneidade, portanto, contribui para a reprodução das desigualdades, perpetuando a distribuição assimétrica de oportunidades no acesso à educação superior.

Segundo Durham (2005), a expansão foi marcada por períodos de avanços e retrocessos, fortemente influenciados por conjunturas políticas e econômicas que ocorreram no país. A trajetória do ensino superior brasileiro de acordo com Durham (2005), se configura em distintos períodos. Inicialmente, durante o período monárquico de 1808 a 1889, observa-se a implantação de um modelo de escolas autônomas, voltadas à formação de profissionais liberais, sob iniciativa da Coroa. A Primeira República 1889-1930 caracteriza-se pela descentralização do sistema e o surgimento de instituições

públicas e privadas, porém sem a presença de universidades. O advento do Estado Novo a partir da década de 1920, consolidado em 1930 marca um novo momento, com a criação das primeiras universidades.

Sampaio (2000) aponta que foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares, de caráter católicas e presbiterianas. Nesse período, Durham (2005) argumenta que permaneceu a estabilidade da participação do setor privado, que juntou entre 45% e 47% das matrículas. Entretanto, houve um aumento nas reivindicações por um maior número de vagas nas instituições de ensino superior públicas, o que gerou uma mobilização intensa de estudantes em torno da implementação de reformas universitárias. Oliveira (2017) destaca que esse movimento teve como foco principal a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, que tinha como objetivo expandir as universidades públicas e gratuitas, visando substituir o ensino privado.

Um outro período se inicia em 1964 marcado por um governo autoritário, durante o qual o modelo de universidades foi reformado de forma significativa. De acordo com Santos e Cerqueira (2009), as reformas incluíram medidas como a extinção das cátedras, a limitação da autonomia das faculdades, a criação de novas instituições de ensino, a implementação do sistema de créditos, a introdução de um ciclo básico antes da formação profissional, a garantia de participação de estudantes e professores, além do ingresso contínuo por carreiras e da definição de currículos mínimos pelo Ministério da Educação (MEC). O regime militar brasileiro também impôs uma série de medidas que limitavam a liberdade acadêmica e restringiam a participação dos estudantes na vida universitária.

Saviani (2008), ressalta que entre os aspectos negativos do regime militar em relação à autonomia universitária estão a intervenção nas universidades, a perseguição política de professores e estudantes, a censura e a reforma universitária de 1968. A reforma limitou a autonomia das universidades e estabeleceu um sistema hierárquico de poder nas universidades, com o reitor tendo poderes quase absolutos sobre as decisões acadêmicas. Essas medidas tiveram um impacto significativo na vida acadêmica do país e na formação da opinião pública.

Durante a década de 1980, caracterizada pela crise econômica e inflação crescente, o ensino superior enfrentou uma estagnação, visível pela queda das matrículas no ensino privado. Contudo, houve uma expansão, principalmente nas IES privadas, com a criação de cursos noturnos para atender ao público que já estava inserido no mercado de

trabalho. Conforme citado por Oliveira (2017), Durham (2005) aponta que, em 1986, a taxa de matrículas em cursos noturnos privados foi de 76,5%, enquanto nas IES federais foi de 16%. Além disso, o número de universidades privadas aumentou de 20 para 49 entre 1985 e 1990, mas esse crescimento não implicou, necessariamente, em uma melhoria da qualidade do ensino, sendo motivado por interesses de massificação e lucro, com pouca atenção ao desenvolvimento acadêmico e de pesquisa.

A expansão da educação superior no Brasil na década de 1990 foi influenciada pelo contexto de reforma do Estado no país e na América Latina. Nesse período, as políticas neoliberais de ajuste estrutural e de privatização de serviços públicos em geral tiveram impacto significativo na educação superior. De acordo com Sampaio e Klein (1994), as reformas educacionais implementadas na década de 1990 foram marcadas pela ênfase na eficiência e na produtividade. Essa expansão, no entanto, não foi acompanhada por uma democratização efetiva do acesso à educação superior. Segundo as autoras, a expansão da educação superior privada muitas vezes privilegiou os interesses do mercado em detrimento da qualidade e da equidade. Portanto, é fundamental considerar o contexto mais amplo de reforma do Estado e de políticas educacionais para entender as implicações da expansão da educação superior no Brasil na década de 1990.

Segundo Heringer (2018), foi neste período (anos 90) que a conscientização sobre a injustiça no acesso à educação superior no Brasil se tornou evidente, levando diversas forças sociais a se mobilizarem em busca de transformações. Nesse contexto, devido à ampliação da educação básica e ao aumento das matrículas no ensino médio, houve um incremento significativo no número de jovens aptos a ingressar na educação superior. Assim, a expansão da educação superior no Brasil na década de 1990 foi acompanhada por uma maior inclusão das classes médias, que passaram a ter mais acesso às vagas oferecidas pelo setor privado.

Porém, por outro lado, Porto e Régnier (2003) apontam que, nessa época, o Brasil, em comparação com outros países latino-americanos, apresentou um grande desequilíbrio no acesso dos jovens no ensino superior. Apenas 11% da população brasileira entre 18 a 24 anos estava matriculada no ensino superior, índice inferior à Bolívia (22%) Colômbia (23%) e Chile (24%), no final da década de 1990.

Segundo Almeida (2017, p. 24), nesse período “[...] os estratos superiores das classes médias (com renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos) conquistaram a quase totalidade das vagas na educação superior (96% em 1996)”.

Esses estratos se beneficiaram da ampliação da oferta de cursos e da redução dos custos das mensalidades, que foram influenciados pela concorrência entre as instituições privadas e pela política de financiamento estudantil do governo federal. O autor também aponta que houve uma diversificação da oferta de cursos, com o surgimento de novas modalidades, como os cursos sequenciais (são uma modalidade de ensino superior de curta duração, criados em 1996, que têm como objetivo fornecer uma formação técnica e profissional a curto prazo, levando em conta o nível de ensino dos estudantes), os cursos à distância e os cursos tecnológicos.

Por outro lado, Durham (2005) destaca que a democratização do Ensino Superior no Brasil ainda está intimamente ligada à expansão do setor privado, o que não assegura um acesso verdadeiramente universal. Portanto, por enfrentarem discriminação e racismo, as camadas populares, especialmente jovens negros, tinham dificuldades de acesso à educação de qualidade e eram minorias nas universidades públicas, que são as mais reconhecidas e prestigiadas do país.

Para mudar essa situação, foram criadas políticas públicas que garantiam uma parte das vagas das universidades públicas para os negros, pardos, indígenas, que estudaram em escolas públicas e tinham baixa renda. Essas políticas são chamadas de ações afirmativas ou cotas raciais (Daflon et al., 2013, p. 45).

As ações de inclusão das camadas populares nas universidades públicas brasileiras são políticas públicas que visam ampliar o acesso e a permanência de estudantes provenientes de grupos sociais historicamente excluídos ou discriminados no ensino superior, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas de baixa renda, entre outros.

De fato, Prates e Barbosa (2015) destacam que, durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ocorreram mudanças significativas no acesso ao ensino superior no Brasil. Em especial, no governo de Lula (2003-2010), entre as políticas criadas, está o PROUNI, criado pela Lei nº 11.096 (Brasil, 2005), que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), entre 2005 a 2024 o PROUNI havia concedido mais de 3,4 milhões de bolsas. Ainda com o MEC (2025), mulheres (56%) e negros (55%) foram maioria entre o público da política. Além disso, segundo o Censo da Educação Superior de 2023, ao se analisarem os efeitos do Prouni na taxa de conclusão

de curso superior, verificou-se que 58% dos participantes concluíram a graduação. Ao todo, 1,46 milhão de bolsistas concluíram seus cursos de graduação. Já entre os estudantes que não participam do programa, o percentual cai para 36%. Os dados ressaltam o impacto social do Prouni no acesso e na conclusão do ensino superior por parte de grupos vulnerabilizados.

Outra medida relevante foi a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, a partir de 2009, passou a ser utilizado como principal critério de seleção para programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que financia cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) criado em 2010 pelo governo federal, como alternativa aos vestibulares realizados até então, de forma descentralizada, pelas instituições públicas de Ensino Superior, contribuindo para a unificação dos processos seletivos e ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior em todo o país (Almeida, Jardim 2016, p. 77). A mudança rompeu com a lógica dos vestibulares tradicionais e regionais, que muitas vezes limitavam a mobilidade e o acesso dos estudantes de baixa renda.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, foi outro marco no processo de democratização do ensino superior, seu objetivo foi expandir a oferta de vagas, cursos e campi das universidades federais, racionalizar a utilização de recursos e promover melhorias na permanência estudantil. Entre 2001 e 2014, o número de matrículas nas universidades federais quase dobrou, passando de cerca de 500 mil para mais de 900 mil estudantes, segundo o Censo da Educação Superior (INEP, 2015).

Durante o governo Rousseff, foi sancionada a Lei nº 12.711 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de Cotas. A legislação determina que pelo menos 50% das vagas em instituições federais de ensino superior sejam destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com recortes de renda até 1,5 salário mínimo per capita e critérios étnico-raciais negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência³ “à proporção respectiva de pretos, pardos,

³ As pessoas com deficiência foram introduzidas no programa através da Lei 13.409 (Brasil, 2016)

indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição” arts. 3º e 5º da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) (Brasil, 2016).

De acordo com o estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2019) a proporção de graduandos pretos e pardos nas instituições federais cresceu consideravelmente, razão que aumenta desde 2010 e superou em quase 8 pontos percentuais a de graduandos brancos em 2018 (51,2% contra 43,3%). Ainda com a pesquisa da Andifes (2019), em 2018, 50,3% dos estudantes de instituições federais de ensino superior tinham renda familiar per capita de até 1 salário-mínimo e 70,2% tinham renda per capita familiar de até 1,5 salário-mínimo, proporção que era de 44,3% em 1996 e de 66,2% em 2014. Porém, o estudo também aponta que até o advento da Lei de Cotas, em 2012, as IFES públicas da região Sudeste tinham sido bastante resistentes à adoção de políticas de ação afirmativa. A legislação forçou as federais a adotar tais políticas. As consequências, após 6 anos de funcionamento dos critérios, são visíveis.

Portanto, como resultado, Machado et al. (2017, p. 24), apontam que a Lei nº 12.711/2012 aumentou a inclusão de grupos desprivilegiados nas instituições federais, o que levou universidades estaduais, como a Universidade São Paulo (USP), a adotar políticas de cotas semelhantes a partir de 2017. A USP instituiu um programa de cotas sociais para egressos de escola pública, complementado por subcotas étnico-raciais, com o objetivo de alcançar 50% das vagas totais em 2021.

Vale aqui apontar que as primeiras experiências de cotas no ensino superior público brasileiro surgiram de forma isolada em algumas universidades estaduais e federais, como a Universidade Estadual de Rio de Janeiro (UERJ) (2003), Universidade Nacional de Brasília (UnB) (2004), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2004), Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2005), Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2005) e Universidade Federal do ABC (UFABC) (2006).

A democratização do ensino superior no Brasil é um processo complexo e inacabado, que exige um esforço contínuo e articulado de políticas públicas, investimento em infraestrutura e qualidade do ensino, e ações efetivas de inclusão social que garantam não apenas o acesso, mas, também, a permanência e o sucesso dos estudantes de todas as camadas sociais. A superação das desigualdades estruturais, a implementação de políticas de ação afirmativa e o investimento em políticas de permanência são cruciais para construir um sistema de ensino superior verdadeiramente inclusivo e democrático,

que contribua para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Estudantes de camadas populares e a inserção no mercado de trabalho.

A partir dos anos 1990, o Brasil expandiu o acesso à educação em todos os níveis, impulsionado por políticas públicas e programas de inclusão escolar. Porém, mesmo com a crescente expansão do acesso ao ensino superior e com a criação de políticas cotas, a questão da desigualdade racial, por exemplo, ainda é muito mais ampla do que o acesso dos negros ao ensino superior. Abramo et al. (2020), pontuam que com a expressiva ampliação do acesso ao ensino superior ocorrida no Brasil nas últimas décadas, houve inclusão de jovens cujas famílias foram antes excluídas dessa possibilidade, principalmente os pobres e negros, ou que os autores denominam de “*classes populares*”.

Freire (1987) conceitua as classes populares como os ‘oprimidos’, sujeitos historicamente explorados pelo sistema capitalista. Para ele, essa categoria não é homogênea, mas composta por múltiplas identidades que compartilham experiências comuns de opressão. No entanto, Freire enfatiza que os oprimidos não são passivos; pelo contrário, são sujeitos capazes de transformar sua realidade por meio da conscientização e da ação coletiva, rompendo com as estruturas que perpetuam sua condição.

Segundo Wanderley (2010), a expressão “classes populares” se refere a uma grande maioria de pessoas oprimidas, marginalizadas, discriminadas e, de forma mais intensa, excluídas. Essa configuração é abrangente, englobando aqueles privados de recursos materiais necessários para uma vida digna, indivíduos que sofrem opressões baseadas em discriminação racial, étnica e sexual, migrantes estrangeiros, marginalizados como desempregados, subempregados, trabalhadores da economia informal e pessoas em situação de miséria, incluindo mendigos, menores abandonados e prostitutas. Também estão incluídos os explorados, como operários e lavradores, além da camada mais baixa do setor de serviços, composta por pequenos funcionários, professores primários e pequenos comerciantes.

Três anos depois, Corrochano (2013, p. 28) apresenta outra definição que mostra que as classes populares são pessoas de baixa renda, baixa escolaridade e baixa qualificação, que enfrentam condições precárias e instáveis de trabalho e moradia, e que têm acesso limitado aos bens e serviços públicos e privados. As classes populares são

marcadas pela heterogeneidade, pela diversidade e pela complexidade de suas trajetórias e experiências, especialmente no que se refere à educação, trabalho e à cidadania. Portanto, as relações de trabalho geralmente marcam a vida dos estudantes de camadas populares que ingressam no ensino superior e de certa maneira influenciam suas escolhas, expectativas, dificuldades e possibilidades de formação.

Muitos estudantes precisam conciliar os estudos e trabalho, enfrentando jornadas duplas ou triplas, que podem comprometer o seu desempenho e sua permanência na universidade. Alguns estudos buscam compreender como esses estudantes lidam com as demandas do trabalho e da educação, quais os valores que orientam suas trajetórias, como se expressam sua autonomia ou sua adaptação às normas sociais e quais as políticas públicas que podem favorecer sua inclusão e sua qualificação profissional.

De acordo com Pereira (2018), a inserção das camadas populares no mundo do trabalho, na maioria das vezes acontece de forma precária, sem o objetivo de capacitação profissional. Segundo Corrochano (2013), as classes populares apresentam distintas formas de inserção no mercado de trabalho, além de variadas relações com a educação e o acesso ao ensino superior.

A autora identifica três formas de entrada no mercado de trabalho I- a trajetória linear, caracterizada pela continuidade dos estudos até o ensino médio, sem interrupções ou reprovações, e pela inserção tardia no mercado de trabalho, geralmente após a conclusão do ensino médio ou durante o ensino superior; II- a trajetória descontínua, caracterizada pela interrupção dos estudos durante o ensino médio, geralmente por motivos financeiros ou familiares, e pela inserção precoce no mercado de trabalho, muitas vezes em ocupações informais ou temporárias; III- a trajetória sobreposta, caracterizada pela combinação simultânea de estudos e trabalho durante o ensino superior, geralmente por necessidade ou desejo de autonomia financeira.

Deste modo, a autora argumenta que as camadas populares enfrentam múltiplos obstáculos para acessar o mercado de trabalho, que vão desde as condições materiais até as representações sociais sobre a educação. Ela defende que é preciso ampliar as políticas públicas para a juventude, considerando as especificidades das trajetórias juvenis e as desigualdades de oportunidades educacionais e profissionais. Mesquita (2010, p.17), por sua vez, ressalta que a simultaneidade entre estudar e trabalhar não é novidade em um país onde a renda per capita não alcança três salários mínimos e o acesso ao ensino superior é realidade para poucos.

Os estudantes trabalhadores têm falta de tempo para se dedicar às atividades acadêmicas, como assistir às aulas, fazer trabalhos, estudar para provas, participar de projetos de pesquisa e extensão, etc. Os estudantes que trabalham geralmente têm baixa renda e dependem do trabalho para se manter na universidade ou complementar a renda familiar. Outra dificuldade que esses jovens enfrentam, é a falta de apoio institucional e docente para atender às demandas específicas dos estudantes que trabalham, como a flexibilização dos horários, a oferta de bolsas e auxílios, o apoio pedagógico e psicossocial, a orientação profissional. Os estudantes que trabalham muitas vezes se sentem desamparados e desmotivados pela falta de assistência e reconhecimento da universidade.

Assim, a inserção dos jovens das camadas populares no mercado de trabalho é o processo de obtenção de um emprego formal que garanta renda, direitos e reconhecimento profissional. Esse processo é influenciado por diversos fatores, como a formação educacional, a experiência profissional, as redes de contatos, as oportunidades disponíveis, as exigências do mercado, entre outros. Silva e Lemos (2017) afirmam que a inserção no mercado de trabalho é um desafio para todos os estudantes universitários, mas especialmente para os estudantes de camadas populares, que enfrentam mais dificuldades para conciliar os estudos e o trabalho, para acessar as vagas mais qualificadas e valorizadas, para superar a discriminação e o estigma social, entre outras questões.

Estudantes trabalhadores na UFABC: a interseção entre trabalho e estudo

A maioria dos estudantes da UFABC concilia trabalho e estudo como se observa na tabela 1, predominantemente em vínculos formais ou estágios remunerados, que oferecem estabilidade e experiência profissional.

Tabela 1 - Vínculo de atividade remunerada não acadêmica dos estudantes, UFABC, 2024

Vínculo de atividade remunerada não acadêmica	Total	%
Assalariado(a) formal	2904	49,6%
Assalariado(a) informal	150	2,6%
Estágio Remunerado	1975	33,7%
Prefiro não responder	80	1,4%
Profissional liberal ou autônomo	242	4,1%
Proprietário(a) de empresa	95	1,6%
Servidor(a) público(a)	189	3,2%
Trabalho informal	218	3,7%
Total	5853	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa do Perfil dos estudantes da UFABC

No entanto, essa realidade também impõe desafios acadêmicos. Uma parcela menor atua como assalariado informal (2,6%), como autônomos (4,1%), servidores públicos (3,2%) ou trabalho informal (3,7%), buscando flexibilidade. Esses dados evidenciam a diversidade das trajetórias acadêmicas e a necessidade de políticas institucionais que considerem diferentes realidades laborais, promovendo uma experiência universitária mais inclusiva.

A seleção dos estudantes para as entrevistas foi realizada por meio de um formulário online, divulgado via e-mail institucional e WhatsApp, no qual os interessados manifestaram voluntariamente o desejo de participar. As entrevistas, presenciais e online, seguiram um roteiro semiestruturado, foram gravadas e posteriormente transcritas. O estudo solicitou a participação de voluntários até que fosse garantida a diversidade de respondentes em termos de curso, raça e gênero. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFABC, garantindo o cumprimento dos princípios éticos.

Ao conduzir entrevistas com discentes de graduação UFABC, busca-se explorar como a experiência de estudar e trabalhar simultaneamente afeta a vida universitária dos estudantes. Por meio dessa análise, pretende-se oferecer uma visão mais completa e fundamentada das interações entre trabalho e estudo na universidade, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das experiências dos estudantes. Os relatos coletados revelam a frequência e a intensidade dos desafios enfrentados pelos estudantes ao conciliar suas obrigações acadêmicas com as exigências do mercado de trabalho. Essa dualidade cria um cenário complexo, no qual a gestão eficiente do tempo e a busca por sinergias entre as atividades são cruciais para alcançar êxito tanto na esfera acadêmica quanto profissional.

As histórias detalhadas destacam a complexa interligação entre estudo e trabalho como um dos principais desafios enfrentados pelos participantes. As obrigações acadêmicas competem diretamente com as demandas do trabalho, exigindo habilidades de gestão do tempo e a busca constante por formas de integrar essas atividades de maneira eficaz.

Dentro do escopo desta pesquisa, torna-se essencial explorar mais detalhadamente as experiências individuais dos participantes, a fim de obter uma compreensão abrangente dos desafios que os estudantes enfrentam ao conciliar estudo e trabalho. Os nomes apresentados no texto são fictícios, garantindo o anonimato dos participantes.

Em consonância com essa abordagem, as entrevistas oferecem uma perspectiva única, dando voz às experiências pessoais dos estudantes que buscam equilibrar suas jornadas acadêmicas e profissionais. A seguir reproduzimos alguns relatos em resposta ao questionamento sobre essa interseção entre estudo e trabalho e o impacto dessa sobreposição de atividades, além dos desafios inerentes a essa conciliação. "Antes, com estágio, eu tinha mais tempo para estudar. Agora, com o trabalho CLT, a rotina está mais difícil, e tento estudar nos intervalos e fins de semana, mas é complicado [...]" (João, 23 anos, bacharelado em Ciência e Tecnologia⁴). "No início, sem trabalho, conseguia me dedicar aos estudos e participar de grupos de pesquisa, dos estudos..., mas depois que comecei a trabalhar, meu desempenho piorou pela falta de tempo. [...]" (Pedro, 22 anos, bacharelado em Ciência e Tecnologia).

A conciliação entre trabalho formal e estudo acadêmico revela uma trajetória marcada por desafios multifacetados, com uma gestão do tempo que se mostra cada vez mais complexa à medida que as demandas de ambos os campos aumentam. A transição do estágio para o regime de trabalho CLT, por exemplo, introduz um desafio significativo, pois o tempo dedicado ao trabalho formal muitas vezes excede as 8 horas diárias previstas, deixando pouco espaço para as responsabilidades acadêmicas. Essa mudança, embora necessária para a inserção no mercado de trabalho, impõe limitações severas à capacidade dos estudantes de manter uma rotina de estudos eficaz.

Nesse sentido, essa dificuldade em conciliar trabalho e estudo pode limitar a fruição da universidade, no sentido já mencionado com base em Almeida (2007). Além disso, Silva e Sampaio (2022) enfatizam a necessidade de políticas de permanência estudantil que garantam a continuidade dos estudos e apoiem os estudantes em suas necessidades.

A sobrecarga de compromissos profissionais, frequentemente, sobrepõe-se aos momentos em que o estudante poderia se dedicar ao estudo, evidenciando como a vida acadêmica é afetada pela estrutura rígida do mercado de trabalho. Essa realidade expõe um conflito de prioridades, no qual, o tempo, a principal escassez enfrentada por esses estudantes, se torna um recurso cada vez mais valioso. Embora a tentativa de utilizar fins de semana e intervalos de trabalho como momentos de estudo seja uma estratégia comum, ela não é suficiente para mitigar os efeitos da pressão diária. A busca por brechas

⁴ Entrevista realizada pelos pesquisadores em dezembro de 2023.

no calendário pode ser vista como um esforço adaptativo diante das circunstâncias, mas também ilustra as limitações dessa abordagem. A constante negociação entre os papéis de estudante e profissional gera uma sobrecarga que afeta não apenas o rendimento acadêmico, mas também o bem-estar emocional dos indivíduos, como se observa nas dificuldades relatadas.

Além disso, a exigência de atender a tarefas acadêmicas com alta carga de demandas se revela um obstáculo adicional. Quando as disciplinas impõem prazos rígidos e tarefas extensas, a falta de tempo se torna uma barreira quase intransponível. A pressão para concluir atividades enquanto se lida com o trabalho diário intensifica o estresse e a sensação de inadequação, o que, por sua vez, pode levar à diminuição da qualidade do aprendizado. A intensidade das demandas varia entre as disciplinas, o que cria uma disparidade na forma como os estudantes lidam com suas obrigações acadêmicas. Esse fenômeno não apenas dificulta a gestão do tempo, mas também revela a disparidade nas exigências do curso, o que pode tornar a trajetória acadêmica ainda mais desafiadora para aqueles que têm responsabilidades profissionais concomitantes. Esse aspecto também remete à existência de escolhas difíceis sobre as disciplinas que terão mais atenção e dedicação de tempo. Ainda que estar na universidade envolva aprender a gerenciar tais escolhas, a condição de estudantes trabalhadores pode significar sacrificar parte importante de sua formação.

É possível observar também uma adaptação estratégica à realidade imposta por esse contexto. A utilização dos intervalos entre aulas e os tempos livres durante a jornada de trabalho ou nos meios de transporte para revisar conteúdos acadêmicos demonstra uma tentativa contínua de adaptação, uma busca por uma rotina mais equilibrada, ainda que frágil. Esse comportamento revela uma mentalidade pragmática e resiliente, onde o estudante busca, mesmo com uma agenda apertada, encontrar maneiras de conciliar essas duas esferas da vida. No entanto, essa adaptação tem seus limites, pois a carga de trabalho excessiva e o estresse resultante podem prejudicar a qualidade do aprendizado e afetar o desempenho acadêmico de forma negativa.

Apesar das dificuldades, é fundamental reconhecer a potencial contribuição do ambiente de trabalho para o desenvolvimento das competências do estudante. A prática profissional pode, em muitos casos, atuar como uma extensão do aprendizado acadêmico, oferecendo oportunidades para a aplicação de conceitos teóricos de maneira prática e real. Isso pode, inclusive, contribuir para uma melhor compreensão dos conteúdos

abordados na faculdade, ao transformar o conhecimento teórico em experiências aplicáveis no mercado de trabalho.

A interdependência entre o aprendizado acadêmico e a experiência profissional se torna, assim, um ponto crucial, pois os dois se complementam, proporcionando uma formação mais completa e preparada para os desafios da carreira. Ainda assim, é necessário destacar que a experiência de conciliar trabalho e estudo não se limita a uma mera sobrecarga de tarefas. Ela traz à tona uma questão de bem-estar e saúde mental. O estresse resultante dessa jornada dupla pode afetar o estado emocional do estudante, criando um ambiente de tensão constante. O impacto psicológico de tentar se destacar em ambas as áreas, muitas vezes com expectativas elevadas, pode levar ao esgotamento e, em alguns casos, à desistência. Portanto, é fundamental repensar as condições que os estudantes enfrentam e procurar alternativas que possam equilibrar melhor as demandas de ambos os lados.

Adicionalmente, a abordagem de aprendizado contínuo também é percebida como um fator-chave para a adaptação a mudanças no cenário profissional. Os entrevistados sublinharam a necessidade de estarem abertos a novos conhecimentos, tecnologias emergentes e abordagens inovadoras no decorrer da carreira. “Para mim, a relação entre estudo e trabalho se manifesta na aplicação dos conhecimentos adquiridos na universidade, sejam eles conceitos técnicos ou aprendizados sociais. Essa vivência ao longo dos anos nos revela aspectos essenciais do ambiente profissional”. (Lucas, 20 anos, bacharelado Ciência e Tecnologia). “[...][esse trabalho será um diferencial na minha trajetória profissional. Já tenho um curso de assistente administrativo e estou atuando na área, o que me proporciona experiência prática. Embora não seja o campo em que pretendo seguir, essa vivência fortalece meu currículo e amplia minhas oportunidades de emprego, inclusive em outras áreas”. (Hugo, 21 anos, Bacharelado em Ciência e Tecnologia). “Ah, trabalho em uma empresa bastante conhecida é um laboratório de engenharia. Mesmo não sendo exatamente a minha área, acredito que essa experiência será relevante para futuras oportunidades”. (Lucas, 20 anos, Bacharelado Ciência e Tecnologia⁵.)

A análise das falas revela uma visão interessante sobre a integração entre estudo e trabalho, mostrando que os estudantes percebem essa relação de forma complexa.

⁵ Entrevista realizada pelos pesquisadores em dezembro de 2023.

Embora a vivência acadêmica seja essencial para o desenvolvimento de conhecimentos teóricos, os entrevistados ressaltaram que é, sobretudo, a aplicação desses conhecimentos em contextos profissionais que trazem valor à formação. A integração entre teoria e prática é, portanto, um ponto central dessa trajetória, não apenas como uma busca por equilíbrio, mas também como uma estratégia de adaptação às exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, Abramo, et al. (2020) destacam que a experiência simultânea de estudar e trabalhar é emblemática da condição juvenil no Brasil e que os resultados evidenciam múltiplos e complexos fatores envolvidos nessa combinação.

No entanto, é importante destacar que, embora o discurso sobre essa integração seja amplamente valorizado, as falas também indicam que nem todas as experiências de trabalho se alinham diretamente com a formação acadêmica. Para alguns, o trabalho pode fornecer experiências valiosas, mas muitas vezes em funções que não correspondem diretamente à área de interesse ou de formação. A dificuldade em encontrar um trabalho completamente alinhado com o curso reforça uma crítica importante: a falta de conexões claras entre o currículo acadêmico e as demandas do mercado de trabalho. Isso pode gerar uma sensação de inadequação, onde os estudantes se veem em atividades profissionais que não exploram completamente o potencial das competências adquiridas.

Além disso, o discurso sobre a experiência prática como um complemento ao conhecimento acadêmico sugere que a formação universitária deve ser mais do que a mera transmissão de conteúdo. Ela deve incluir o desenvolvimento de habilidades interpessoais e práticas que possibilitem ao estudante transitar com eficácia entre os dois mundos, acadêmico e profissional. Porém, a sobrecarga de responsabilidades e a dificuldade de aplicar o conhecimento teórico de forma imediata podem gerar frustração, quando as oportunidades práticas se limitam a tarefas administrativas ou funções distantes da área de estudo. Além disso, a falta de tempo pode comprometer o desenvolvimento das referidas habilidades.

Portanto, enquanto as falas destacam a importância da vivência prática no processo de aprendizado, elas também levantam questões sobre a efetividade dessa integração e os desafios enfrentados pelos estudantes para encontrar uma conexão mais robusta entre seus estudos e suas experiências profissionais. Isso aponta para a necessidade de uma reflexão crítica sobre como os currículos podem ser mais alinhados com as exigências do mercado e como as instituições podem ajudar a facilitar essa integração de forma mais eficaz.

Os estudantes destacam que o equilíbrio delicado entre estudo e trabalho, embora ofereça oportunidades de aprendizado valiosas, pode, em determinadas circunstâncias, se transformar em um terreno propício para desafios emocionais e físicos. A busca incessante por excelência em ambos os domínios pode resultar em jornadas extensas, impactando diretamente o bem-estar mental e físico. A inevitabilidade desses momentos de tensão é reconhecida pelos entrevistados como uma parte intrínseca do processo. “No início da universidade, reprovei em várias disciplinas, o que me frustrou bastante. Já estou aqui há cinco anos e precisei refazer matérias, mas senti que muitos professores não foram motivadores, o que me desanimou ainda mais. Planejar meu percurso acadêmico gera ansiedade, e quando algo dá errado, a sensação é desmotivadora. Tentei buscar apoio com alguns professores, mas muitos não compreenderam meu contexto, o que foi ainda mais frustrante”. (Flávia, 23 anos, Bacharelado em Ciência e Tecnologia).⁶

O relato da Flávia sobre o impacto psicológico da experiência acadêmica, com a frustração e o estresse gerado pela reprovação em disciplinas e pela falta de apoio de alguns professores destacam a sobrecarga emocional enfrentada por muitos estudantes. A pressão para conciliar estudos e trabalho, aliada à frustração de não ver seus esforços recompensados com o apoio necessário, resulta em um desgaste emocional significativo. O relato de "sentimentos depressivos" e "ansiedade" não é um caso isolado, mas reflete um problema sistêmico que afeta uma grande parcela da população estudantil.

O fato de os estudantes se sentirem abandonados ou incompreendidos por parte do corpo docente e de não encontrarem respaldo institucional agrava o quadro de exaustão mental e emocional, que é frequentemente negligenciado pelas universidades. A crítica, portanto, se expande não apenas para a discrepância entre as expectativas de sucesso profissional e a realidade do mercado de trabalho, mas também para as condições que as instituições de ensino impõem aos seus alunos.

A escassez de suporte acadêmico, a falta de acolhimento emocional e a rigidez do sistema educacional são fatores que exacerbam o sofrimento dos estudantes. A universidade, que deveria ser um espaço de desenvolvimento integral, muitas vezes falha em fornecer as condições necessárias para que seus alunos consigam conciliar as exigências acadêmicas com o mercado de trabalho, que se torna cada vez mais competitivo e incerto.

⁶ Entrevista realizada pelos pesquisadores em janeiro de 2024.

As entrevistas também revelaram que as condições socioeconômicas impactam diretamente as trajetórias acadêmicas, especialmente de estudantes de camadas populares. A necessidade de trabalhar enquanto estuda é frequentemente uma resposta à pressão financeira, já que as bolsas de auxílio não cobrem despesas essenciais como aluguel e transporte. João, 23 anos, destaca que, “[...] embora a bolsa ajude, ela é insuficiente para suas necessidades, levando-o a buscar estágio desde o segundo ano”. Alda, 19 anos, também aponta que, “além de ser uma necessidade financeira, o trabalho oferece uma oportunidade de preparação profissional, o que pode resultar em sobrecarga emocional e mental, já que o equilíbrio entre trabalho e estudo é desafiador”.⁷

Marta, 22 anos, reforça a falta de “[...] suporte familiar como fator crucial para a decisão de trabalhar, mencionando a alta mensalidade do Restaurante Universitário e a insuficiência das bolsas socioeconômicas como obstáculos adicionais”.⁸ Esses relatos evidenciam a lacuna entre o acesso proporcionado pela lei de cotas e a permanência dos estudantes, pois a pressão econômica e a falta de apoio institucional comprometem a continuidade dos estudos. Pedro, 21 anos, sugere mais “[...] políticas de apoio, como tutoriais e programas de acolhimento, especialmente para estudantes de escolas públicas, apontando a necessidade de um suporte contínuo durante toda a jornada acadêmica”.⁹

Tais depoimentos revelam uma falha sistêmica no modelo atual de inclusão no ensino superior, onde a falta de recursos e a ausência de políticas de apoio efetivas comprometem a equidade no ensino. A pressão financeira e a escassez de infraestrutura adequada, como moradia estudantil e alimentação subsidiada, agravam a situação. Para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes, é essencial que as políticas de inclusão sejam ampliadas, abordando também as condições necessárias para a permanência e o bem-estar desses alunos ao longo de sua trajetória na universidade.

Como mencionado, a conciliação entre estudo e trabalho é um desafio complexo que envolve múltiplos fatores, incluindo a gestão do tempo, a adaptação às demandas do mercado de trabalho e a busca por oportunidades de aprendizado contínuo. Deste modo, a teoria de Bourdieu sobre o conceito de *Habitus* pode ser útil para entender como os estudantes da UFABC navegam nessa complexa relação entre estudo e trabalho. Segundo Bourdieu (1980), “*Habitus* é um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma

⁷ Entrevista realizada pelos pesquisadores em janeiro de 2024.

⁸ Entrevista realizada pelos pesquisadores em janeiro de 2024.

⁹ Entrevista realizada pelos pesquisadores em janeiro de 2024.

certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social" (Bourdieu, 1980, p. 83).

No contexto da conciliação entre estudo e trabalho, o *habitus* pode ser visto como uma forma de capital cultural que os estudantes universitários podem desenvolver e utilizar para navegar pelas demandas do mercado de trabalho e do ambiente acadêmico. Assim, a conciliação entre estudo e trabalho pode ser vista como um processo de desenvolvimento do *habitus*, no qual os estudantes universitários aprendem a gerenciar seu tempo, a adaptar-se às demandas do mercado de trabalho e a buscar oportunidades de aprendizado contínuo.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos compreender a fruição no ensino superior sob a perspectiva dos estudantes trabalhadores da UFABC, destacando as motivações, desafios e possibilidades de usufruto das oportunidades acadêmicas por esse grupo específico. Inicialmente, retomamos o conceito de fruição, que, neste contexto, refere-se ao aproveitamento dos recursos, atividades e experiências oferecidas pela instituição de ensino, bem como ao sentido de satisfação e realização que esses estudantes encontram na sua trajetória acadêmica. É importante esclarecer que, diferentemente do uso comum na educação estética, onde fruição está relacionada ao prazer estético, neste estudo ela se refere ao engajamento com as atividades acadêmicas e as oportunidades de desenvolvimento proporcionadas pela universidade, considerando as condições particulares dos estudantes que conciliam trabalho e estudo.

Ao longo do artigo, discutimos as razões pelas quais esses estudantes optam por ingressar na universidade e permanecem em suas trajetórias acadêmicas, bem como os obstáculos enfrentados na conciliação entre a dupla jornada de trabalho e estudo. Os resultados mostram que, apesar da sobrecarga de responsabilidades, esses estudantes demonstram uma significativa resiliência e motivação, valorizando a formação acadêmica como uma estratégia de inclusão social e desenvolvimento pessoal. No entanto, evidencia-se que as dificuldades relacionadas à carga horária, às limitações financeiras e à falta de apoio institucional impactam na sua plena fruição das experiências universitárias, restringindo o acesso aos recursos e às atividades que poderiam potencializar suas trajetórias.

Reafirmamos que a compreensão da fruição, neste contexto, deve ir além da simples disponibilização de recursos, abrangendo a análise das condições reais de acesso, permanência e participação desses estudantes na vida acadêmica. Nesse sentido, o estudo aponta para a necessidade de se fortalecerem políticas institucionais que promovam a inclusão efetiva, considerando as especificidades dos estudantes trabalhadores, tais como ações de apoio financeiro, flexibilização de horários e programas de acompanhamento acadêmico.

Por fim, as principais contribuições deste trabalho residem na ampliação do entendimento acerca da experiência de fruição no ensino superior entre estudantes trabalhadores, evidenciando que a democratização do acesso deve estar acompanhada de ações que assegurem a permanência e o pleno aproveitamento das oportunidades acadêmicas por esses alunos. Assim, espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar futuras políticas e práticas pedagógicas mais inclusivas, capazes de promover uma educação superior mais equitativa e democrática, sobretudo para aqueles que, apesar das dificuldades, buscam na universidade uma possibilidade de transformação social e pessoal.

Esse estudo suscitou um conjunto de questões que merecem maior aprofundamento no âmbito de outras agendas de pesquisa. Nesse contexto, destacam-se a análise dos impactos psicossociais da conciliação entre estudo e trabalho na saúde mental dos estudantes, incluindo estresse, ansiedade, bem como a influência desses fatores no desempenho acadêmico e na retenção dos estudantes na instituição. Além disso, uma outra área promissora para pesquisa futura é a investigação sobre as disparidades de acesso e sucesso acadêmico entre estudantes de diferentes origens raciais e socioeconômicas que conciliam estudo e trabalho. É essencial examinar como fatores como discriminação racial, desigualdade econômica e falta de suporte institucional podem impactar a experiência educacional desses estudantes e perpetuar desigualdades no ensino superior.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. **Estudar e trabalhar:** Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos estudos*. Cebrap; São Paulo; v39n03; 2020, p. 523-542. Disponível em: < <https://l1nq.com/NuRPI>>. Acesso em: 22 de mar. 2025

ALMEIDA, Wilson Mesquita; JARDIM, Fabiana Augusta Alves. **Expansão recente do ensino superior brasileiro:** (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? Linhas Críticas, Brasília, DF, v.22, n.47, 2016 p. 63-85. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4776/4357>>. Acesso em: 12 fev. 2025

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **Prouni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior.** Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, 2017. Disponível em: < <https://revistas.ufjf.br/index.php/rce/article/view/3224/7585>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ANDIFES. V PESQUISA Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018. Brasília, DF: Andifes: Observatório Fonaprace: UFU, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BARBOSA, Maria Ligia Oliveira. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? Revista de Educação PUC-Campinas, v.24, n.2, p.240-253, 2019. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0870v24n2a4324>. Disponível em: < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932019000200240> Acesso em: 15 mar. 2025.

BOURDIEU, Pierre. (1980). *Le sens pratique. Les Éditions de Minuit.* (Tradução para o português: Bourdieu, P. (2009). O senso prático. Editora Vozes.). Disponível em: <https://eduardogalak.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/bourdieu-pierre-o-senso-prc3a1tico-cap-2-e-3.pdf>. Acesso em 16 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 jun. 2025

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 18 fev. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Prouni beneficiou 3,4 milhões de estudantes em 20 anos. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/prouni-beneficiou-3-4-milhoes-de-estudantes-em-20-anos>. Acesso em: 04 de julho 2025.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos

curso técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 3, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, 2013 p. 23-44. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/2191/219125744003.pdf> >. Acesso em: 19 mar. 2025.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR., João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf> >. Acesso em: 6 jan. 2025.

DURHAM, Eunice. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240. Disponível em: < <https://archive.org/details/EuniceDurham/page/n3/mode/2up> >. Acesso em: 19 de fev. 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: < <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view> >. Acesso em: 16 jun. 2025.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil**: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 19, n. 2, p. 205–215, 2018. Disponível em: < https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt >. Acesso em: 18 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2015: [texto de apresentação, Andifes, 26 abr. 2017]. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/INEP-Censo-da-Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-Superior-Andifes-16042017.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LEMOS, Ana. Heloisa. Costa. Juventude, emprego e trabalho: ampliando o debate. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, p. 739-743, nov. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000400010>.

MACHADO, Marcell; EURÍSTENES, Poema; JÚNIOR, João Feres. Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2017). Levantamento das Políticas de Ação Afirmativa GEMAA, Rio de Janeiro, p. 1-26, dez. 2017. Disponível em: < <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/10/Lev-Estaduais-2017.pdf> >. Acesso em: 20 mar. 2025.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. **O trabalhador estudante do ensino superior noturno**: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação. 2010. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: < <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/677#preview-link0>>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

OLIVEIRA, Anandra Santos Ribeiro. **Políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro**: um estudo sobre o perfil socioeconômico de estudantes nos anos 2010 a 2012. Educação em Revista Belo Horizonte, n.33, e153900, 2017. Disponível em: < <https://www.repositorio.ufop.br/items/704b504f-34ab-43ed-b0a0-2d0aead9325c/full>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Caderno: **A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil**. CRH, Salvador, v. 28, n. 74, 2015, p. 327-339. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347641520006.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2025

PEREIRA, Lucinea de Souza. **Trabalhar e estudar, eis a questão**: Os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 338 p. Disponível em: < <https://www.editora.ufop.br/index.php/editora/catalog/book/148>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2005 – Uma abordagem exploratória, 2003. Disponível em: < <https://macroplanconsultoria.com.br/Documentos/MonitoramentoCenarioMacroplan20091116175954.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000. Disponível em: < <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/640/658>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SAMPAIO, Helena.; KLEIN, Lúcia. Políticas de ensino superior na América Latina: uma análise comparada. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 24, p. 85-109, 1994. Disponível em: <https://posgraduacao.fob.usp.br/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9401.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 25-27 nov. 2009, Florianópolis. **Anais** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 15-29, dez. 2008. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/174147007/SAVIANI-O-Legado-Educacional-Do-Regime-Militar>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SILVA, Polyana Tenório Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. **Políticas de permanência estudantil na educação superior**: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 56, p. 603-631, 2022. Disponível em: <
<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87932/82707>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, André Luís Regis da; LEMOS, Ana Heloísa da Costa. Trabalho e Geração Y: trajetórias de inserção de jovens das camadas populares no mercado de trabalho. Relatório Final PIBIC/2017. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: <
https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ccs/ADM/ADM-Andr%C3%A9%20Lu%C3%ADs%20Regis%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

WANDERLEY, Luiz. Eduardo. **Educação Popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Perfil Discente de Graduação. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://propladi.ufabc.edu.br/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

*Recebido em Abril de 2025
Aprovado em Julho de 2025
Publicado em Novembro de 2025*
